

A atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) nos campos meridionais brasileiros*

*Edu Silvestre de Albuquerque***

Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) do Paraná

*Idaleto Malvezzi Aued****

Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

O acesso ao crédito público tornou-se condição fundamental para a reprodução das sociedades campeiras meridionais, configurando-se no pressuposto para a ativação da produção local e para a garantia da apropriação privada da renda regional. A investigação da atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul no período 2001-04 indica o favorecimento das elites campeiras locais, conceito que, de resto, precisa ser redefinido segundo suas novas características socioeconômicas.

* Este artigo reproduz os argumentos da parte final da Tese de Doutorado na Área de Desenvolvimento Regional e Urbano, defendida em fevereiro de 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina, sob o título **Os Donos da Terra e do Crédito Público nos Campos Meridionais Brasileiros (O Uso dos Fundos Públicos do BRDE Pelas Elites Campeiras do Pampa Gaúcho e dos Campos Gerais Paranaenses)**. Registra-se a concessão de bolsa pelo Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante o quarto ano do doutoramento.

Artigo recebido em mar. 2007 e aceito para publicação em jun. 2008.

** *E-mail:* silvestre@uepg.br

*** *E-mail:* idaleto@cse.ufsc.br

Palavras-chave

Desenvolvimento regional; bancos; regiões brasileiras.

Abstract

The access to public credit became a basic condition for the social reproduction in the rural southern regions of Brazil, configuring itself the basic assumption for the local production activation and guarantee of private appropriation of the regional income. The inquiry of the performance of the Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) in the period covering 2001 to 2004 indicates the favoring of the local elites, a concept that itself needs to be redefined according to its new socio-economic characteristics.

Key words

Regional development; banks; brazilian regions.

Classificação JEL: R53, R58, G21.

Introdução

O consórcio Estado-iniciativa privada representa o pressuposto para o funcionamento do sistema econômico moderno e, provavelmente, encontra sua forma mais acabada na conformação das políticas públicas de desenvolvimento. Nesse contexto, o “Estado do endividamento” corresponde justamente à necessidade sistêmica de absorção do “excedente de capital e trabalho” na forma de “investimentos públicos e privados de longo prazo em instalações, infra-estruturas físicas e sociais, etc.” (Harvey, 1993, p. 169).

Este artigo demonstra empiricamente que o acesso privilegiado das elites campeiras meridionais do Brasil, aos fundos públicos de desenvolvimento regional representa não somente a garantia para certa ativação da produção regional, como a continuidade da apropriação privada da renda regional e da ampliação da exclusão social (Aued; Albuquerque, 2005).

A destinação de fundos públicos ao financiamento da modernização econômica das elites campeiras meridionais decorre justamente do sucesso de

sua estratégia de “politização” do processo de desenvolvimento econômico regional. Para a demonstração dessa assertiva, foram escolhidas duas áreas de estudo representativas do conjunto das regiões de campo da Região Sul: a Campanha¹ gaúcha, segundo definição da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os Campos Gerais do Paraná, segundo definição do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)². Obtiveram-se, assim, dimensões territoriais e demográficas mais próximas entre si, em comparação com outras regionalizações usuais: são 26.388km² e uma população estimada de 849.571 habitantes nos Campos Gerais e 61.998km² e 758.030 habitantes na Campanha (dados de 2005).

Os dados coletados junto ao BRDE correspondem ao período final do mandato de Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB (2001-02) e ao inicial do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva pelo PT (2003-04), em âmbito nacional, e aos governos de Olívio Dutra (PT) e Germano Rigotto (PMDB) para o caso gaúcho e de Jaime Lerner (PFL) e Roberto Requião (PMDB) para o caso paranaense respectivamente.³

1 O BRDE como instrumento de planejamento regional

Em 15 de junho de 1961, os Governadores Leonel Brizola (RS), Ney Braga (PR) e Celso Ramos (SC) assinaram um convênio na capital paranaense, fundando o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, com o propósito

¹ Formada pelos Municípios de Itaqui, Bagé, São Borja, Uruguaiana, Quaraí, Santana do Livramento, Rosário do Sul, São Gabriel, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Manoel Viana, São Francisco de Assis e Alegrete.

² A Universidade Estadual de Ponta Grossa é o principal centro universitário de ensino e pesquisa da região. Para delimitar os Campos Gerais, foram utilizados os seguintes critérios: (a) presença de campos naturais; (b) identidade histórica do tropeirismo; (c) área de influência da Universidade. Os Campos Gerais são formados pelos Municípios de Tibagi, Piraí do Sul, Castro, Ivaí, Ipiranga, Carambeí, Prudentópolis, Guamiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Ponta Grossa, Irati, Fernandes Pinheiro, Palmeira, Porto Amazonas, Rio Azul, Rebouças, São João do Triunfo, Lapa, Mallet, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, União da Vitória, Paula Freitas e Paulo Frontim.

³ Enquanto o Chefe do Executivo da República indica o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal repassador de recursos ao BRDE, os governadores dos estados sulistas revezam-se na Presidência do Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (Codesul), instância decisória encarregada de formular as diretrizes do BRDE.

de criar um fundo destinado a ofertar crédito de médio e longo prazos para a produção regional. O argumento das elites econômicas sulistas apelava, então, para o apoio do Governo Federal ao projeto de industrialização regional (Fonseca, 1988), algo que já vinha ocorrendo em outras regiões periféricas:⁴

Com efeito, as economias de industrialização tardia e periférica tiveram de recorrer ao crédito governamental para financiar sua industrialização, o que se deu através de bancos públicos de desenvolvimento. No Brasil, esse papel foi desempenhado, de início, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, e depois pelo BNDES, além dos bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, como o BRDE e o Badesul, dentre outros (Corazza, 2001, p. 5).

Evitando a oposição das demais bancadas regionais no Congresso Nacional, os governadores sulistas articularam-se diretamente ao Executivo da República, e, em 5.12.62, o Decreto Federal nº 51.617, assinado pelo Presidente João Goulart, reconheceu o BRDE como instituição financeira pública de fomento ao desenvolvimento econômico e social da Região Sul, de caráter complementar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (Fonseca, 1988). Organizado como autarquia interestadual, o BRDE foi então, dotado de autonomia financeira e administrativa, com capital e patrimônio compartilhados igualmente entre os estados-membros (BRDE, 2002a). Sua estrutura administrativa atual preserva as funções de superintendência em Porto Alegre, com agência em cada capital estadual.⁵

A partir de 1965, o BNDE e o Banco do Brasil (através de seus fundos industriais) tornaram-se os principais repassadores de recursos ao BRDE, posição que ficou quase exclusiva ao BNDE, a partir de meados da década de 80. A orientação inicial ao BRDE era focar sua atuação no setor agropecuário e em pequenas e médias indústrias de bens de produção (voltadas ao beneficiamento de matérias-primas locais), de modo a manter posição no mercado regional e

⁴ Evidenciava-se, no meio político nacional, que o novo padrão oligopolista da economia brasileira trazia efeitos concentradores, ao privilegiar o Estado de São Paulo (Cano, 1985; Costa, 1988). Assim, na década de 60, foram criadas diversas instituições públicas de fomento ao desenvolvimento regional periférico, caso do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco da Amazônia S/A (BASA), além do próprio BRDE. A Região Sul, no entanto, era a única região periférica não contemplada com um fundo constitucional específico, situação que perdura até os dias atuais.

⁵ O Governo do Paraná iniciou, no ano de 2005, uma experiência de interiorização do BRDE, inaugurando um escritório local na Cidade de Francisco Beltrão, que responde à Agência de Curitiba, e que tem por funções a divulgação e a triagem das propostas de pedido de financiamento na região. No ano seguinte, foram abertos escritórios também nas Cidades de Londrina e Toledo.

alcançar fatias do mercado consumidor já dominado pelos oligopólios. A partir da década de 70, este último banco passa a incluir em sua carteira de crédito os setores de infra-estrutura urbana e de transportes, além das atividades de turismo, de pesca e florestal.

O BRDE esteve sob ameaça de intervenção do Banco Central no fim da década de 80 e início dos anos 90 e de dissolução em 1997 e 1998. No biênio 1998-99, a instituição acumulou prejuízos de quase R\$ 89 milhões, o que levou ao corte dos repasses do BNDES. Com a implantação do Plano Para o Fortalecimento Financeiro (Resolução Codesul nº 715, de 21 de fevereiro de 2000), a instituição voltou a exibir lucros líquidos de forma ascendente: R\$ 30,1 milhões (2001), R\$ 46,6 milhões (2002), R\$ 61,7 milhões (2003) e R\$ 79 milhões (2004).⁶ A taxa de inadimplência, que atingira, em fevereiro de 2000, o pico de 28,5%, recuou, em dezembro de 2004, para apenas 3,4%.

2 A apropriação do crédito público nas regiões campeiras

As possibilidades de valorização do capital, nas regiões campeiras meridionais, por meio do processo produtivo dependem, de modo sempre crescente, do acesso aos créditos privado e público.⁷ O **Censo Agropecuário 1995-1996** (IBGE, 1995-1997) aponta que, para cada R\$ 1,00 investido nos estabelecimentos rurais gaúchos, outros R\$ 0,56 foram liberados na forma de financiamentos, sendo que, especificamente para a Campanha gaúcha, R\$ 1,00 investido tinha a contrapartida de impressionantes R\$ 0,85 em financiamentos (Tabela 1). No mesmo período, os valores dos financiamentos foram superiores aos dos próprios investimentos nos municípios pampeanos de Itaqui, Quaraí, São Borja e Uruguaiana.

⁶ Movimento acompanhado pela ampliação do volume de crédito liberado pelo Banco: cerca de R\$ 284 milhões em 2001, R\$ 415 milhões em 2002, R\$ 438 milhões em 2003, R\$ 647 milhões em 2004 e superior a R\$ 1 bilhão tanto em 2005 quanto em 2006.

⁷ A distribuição das operações do Sistema Financeiro Nacional entre as unidades federativas do Centro-Sul aponta uma maior participação das instituições públicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) justamente no Paraná e no Rio Grande do Sul, ao passo que São Paulo concentra as operações dos bancos privados (Corazza, 2001). A centralização de capitais na esfera pública representa uma parte maior do investimento total justamente naquelas regiões e atividades onde o potencial de realização de mais valor não pode ser plenamente atendido pelos capitais privados. Em suma, o Sistema Financeiro Nacional aproxima as diversas atividades econômicas e regiões em termos de taxa média de lucro, ao mesmo tempo em que aprofunda o processo de diferenciação inter-regional (Amado, 1999).

Tabela 1

Valor de investimentos, financiamentos, despesas e receitas, por municípios da Campanha, no Rio Grande do Sul — 1995

(R\$ 1 000)				
MUNICÍPIOS	INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS	DESPESAS	RECEITAS
Alegrete	14 100	12 841	51 533	81 951
Bagé	9 818	2 478	24 976	46 796
Dom Pedrito	16 978	7 543	38 835	65 328
Itaqui	7 379	15 140	62 057	89 031
Lavras do Sul	1 978	197	3 958	10 239
Manoel Viana	1 472	1 036	5 788	8 317
Quarai	2 338	2 382	10 708	19 651
Rosário do Sul	10 635	5 553	27 238	42 528
São Francisco de Assis	2 781	871	6 102	13 479
São Borja	4 847	14 080	44 229	60 253
São Gabriel	16 910	12 172	41 246	65 932
Santana do Livramento	8 714	3 184	25 912	44 771
Uruguaiana	10 518	15 258	90 403	130 014
Total regional	108 468	92 735	432 985	678 290
TOTAL DO RS	893 060	497 737	3 157 233	5 132 178

FONTE: IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1995-1997. CD-ROM.

No Paraná, R\$ 1,00 investido nos estabelecimentos rurais exigia uma contrapartida em financiamentos de R\$ 0,65, enquanto, para os Campos Gerais, essa contrapartida era de R\$ 1,03 em financiamentos (Tabela 2). O caso de Ponta Grossa é ainda mais emblemático, na medida em que o valor financiado correspondeu, para o mesmo período, simplesmente ao dobro dos investimentos realizados pelos estabelecimentos rurais locais.

Avaliar a exata contribuição do BRDE na formação do crédito das regiões campeiras meridionais torna-se tarefa difícil diante das “maquilagens” das estatísticas oficiais, sobretudo quando voltadas para destacar o crescimento do número de “pequenos mutuários”, com o propósito de enfatizar a atuação do Banco junto ao segmento dos pequenos produtores rurais. Assim, os **Relatórios de Administração** do BRDE (2001; 2002; 2003; 2004), a partir de 2003, passaram a enfatizar o crescimento do número total de contratos com mutuários de micro, pequeno e médio portes, mas omitiram os montantes de crédito por porte do mutuário. Ainda assim, é possível mensurar-se que, em termos de valores contratados junto ao BRDE, no período 2001-02 (Tabela 3), os pequenos “empreendedores” estavam longe de ser os principais favorecidos.

Tabela 2

Valor de investimentos, financiamentos, despesas e receitas, por Município dos Campos Gerais, no Paraná — 1995

(R\$ 1 000)

MUNICÍPIOS	INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS	DESPESAS	RECEITAS
Tibagi	5 152	7 410	36 373	56 051
Piraí do Sul	3 380	2 795	19 148	33 420
Castro	12 615	15 912	76 419	171 215
Ivaí	1 104	529	3 436	9 912
Ipiranga	1 353	2 351	8 587	18 244
Prudentópolis	2 929	1 926	10 093	35 948
Imbituva	3 011	1 607	10 870	22 624
Teixeira Soares	2 294	1 607	10 089	29 109
Ponta Grossa	5 811	10 538	39 532	61 479
Irati	1 636	1 098	8 150	19 066
Palmeira	5 274	3 883	26 920	54 648
Porto Amazonas	865	149	2 653	2 586
Rio Azul	1 459	378	4 786	11 713
Rebouças	942	597	3 957	7 902
São João do Triunfo	1 047	1 686	4 227	9 832
Lapa	3 728	4 623	20 763	42 343
Mallet	1 245	617	4 487	11 124
São Mateus do Sul	1 770	1 537	10 451	18 771
Antônio Olinto	873	410	3 116	7 983
União da Vitória	879	59	2 685	4 899
Paula Freitas	893	454	1 867	14 397
Paulo Frontin	966	647	4 029	7 488
Total regional	59 226	60 813	312 638	650 754
TOTAL DO PR	741 811	484 139	2 960 329	5 086 517

FONTE: IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1995-1997. CD-ROM.

NOTA: Não estão disponíveis os dados dos Municípios de Carambeí, Guamiranga e Fernandes Pinheiro.

Tabela 3

Contratações, por porte do mutuário, na Região Sul — 2001-02

CLASSES DE RENDA ANUAL	2001		2002	
	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)
Rural				
Até R\$ 30.000,00	30 716	9,03	25 808	6,03
Mais de R\$ 30.000,00	26 425	7,77	48 148	11,24
Urbano (renda operacional bruta)				
Até R\$ 1.200.000,00	18 066	5,31	24 639	5,75
Mais de R\$ 1.200.000,00	265 011	77,89	329 599	76,97
TOTAL	340 217	100,00	428 194	100,00

FONTE: BRDE. **Relatório de Administração 2001; 2002**. Porto Alegre, 2001/2002.

No biênio referido, foram justamente os produtores rurais com rendimentos anuais superiores a R\$ 30.000,00 — portanto, de fora das categorias de miniprodutor e pequeno produtor rural utilizadas pela própria instituição — que ficaram com mais da metade do crédito contratado ao BRDE, correspondendo a R\$ 74,5 milhões do montante total de R\$ 131 milhões destinado ao Setor Primário. Entre os empreendedores “urbanos”, essa concentração do crédito público foi ainda maior, com os grandes operadores (com renda operacional bruta anual superior a R\$ 1.200.000,00) obtendo 77,89% e 76,97% do total dos valores contratados para os anos de 2001 e 2002 respectivamente.

Situação similar reproduz-se na região dos Campos Gerais, no Paraná, onde o crédito contratado pelo BRDE para pequenos produtores rurais, no acumulado entre 2001 e 2004, foi de apenas R\$ 528.000,00 contra os R\$ 7,2 milhões destinados aos produtores rurais de maior porte (Tabela 4). Isso significa que o volume de recursos destinado aos pequenos agricultores locais foi cerca de 13 vezes menor. Analogamente, os empreendedores urbanos locais de maior porte também concentraram anualmente valores superiores a três quartas partes do total do crédito contratado pelo Banco para os setores industrial e de serviços.

Tabela 4

Contratações, por porte do mutuário, nos Campos Gerais, no Paraná — 2001-04

CLASSES DE RENDA ANUAL	2001		2002	
	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)
Rural				
Até R\$ 30.000,00	100	0,47	65	0,43
Mais de R\$ 30.000,00	287	1,34	1 556	10,26
Urbano (renda operacional bruta)				
Até R\$ 1.200.000,00	311	1,45	50	0,33
Mais de R\$ 1.200.000,00	20 747	96,74	13 486	88,98
TOTAL	21 445	100,00	15 157	100,00

CLASSES DE RENDA ANUAL	2003		2004	
	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)
Rural				
Até R\$ 30.000,00	212	1,18	151	0,99
Mais de R\$ 30.000,00	3 882	21,58	1 493	9,82
Urbano (renda operacional bruta)				
Até R\$ 1.200.000,00	275	1,53	267	1,76
Mais de R\$ 1.200.000,00	13 615	75,71	13 288	87,43
TOTAL	17 984	100,00	15 199	100,00

FONTE: BRDE/Superintendência de Porto Alegre.

No mesmo período, a situação repetiu-se para a Campanha gaúcha, com a destinação, pelo BRDE, de R\$ 9,28 milhões aos produtores rurais de maior renda e de apenas R\$ 54.000,00 para os mini e pequenos produtores rurais (Tabela 5). O significado da famosa frase proferida há 250 anos pelo líder guarani missioneiro Sepé Tiaraju de que “Essa terra tem dono!” parece plenamente atual, quando se considera que essa diferença é de 172 vezes em favor dos produtores de maior porte. O crédito destinado ao Setor Primário local foi quase três vezes superior ao somatório dos valores destinados aos Setores Secundário e Terciário.

Tabela 5

Contratações, por porte do mutuário, na Campanha, no Rio Grande do Sul — 2001-04

CLASSES DE RENDA ANUAL	2001		2002	
	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)
Rural				
Até R\$ 30.000,00	16	2,29	4	0,21
Mais de R\$ 30.000,00	326	46,57	1 823	95,64
Urbano (renda operacional bruta)				
Até R\$ 1.200.000,00	58	8,29	79	4,15
Mais de R\$ 1.200.000,00	300	42,86	-	-
TOTAL	700	100,00	1 906	100,00

CLASSES DE RENDA ANUAL	2003		2004	
	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)	Valor (R\$ 1 000)	Valor Relativo (%)
Rural				
Até R\$ 30.000,00	15	0,20	19	0,63
Mais de R\$ 30.000,00	4 446	60,25	2 686	89,50
Urbano (renda operacional bruta)				
Até R\$ 1.200.000,00	809	10,96	-	-
Mais de R\$ 1.200.000,00	2 109	28,58	296	9,86
TOTAL	7 379	100,00	3 001	100,00

FONTE: BRDE/Superintendência de Porto Alegre.

É significativo que, baseado em uma amostragem de 27 mutuários gaúchos, o Pesquisador João Mendes (2002, p. 71) tenha concluído que, “[...] nas respostas dos clientes do BRDE, mesmo que o retorno tenha se destacado, as garantias foram apontadas em primeiro lugar no rol das exigências do banco”. E não é propriamente novidade que a propriedade da terra continue, especialmente na Campanha gaúcha, a representar excelente garantia de acesso ao crédito público pela elite latifundiária campeira (Cardoso, 1977; Haesbaert, 1988).

3 O BRDE e o *boom* do agronegócio mundial

No final da década de 90 e no início da atual, ocorreu uma nova fase de expansão do agronegócio brasileiro, através do expressivo crescimento dos volumes e valores exportados. Essa retomada do agronegócio foi firmemente estimulada pelo BRDE, através do repasse de recursos das linhas de financiamento integrantes da Política Agrícola do Governo Federal, como o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Finame Agrícola e o Finame para a Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), dentre outros (BRDE, 2003; 2004). A análise da carteira do Banco para o período 2001-04 indica que o Setor Primário desbancou os Setores Secundário e Terciário.

Esses recursos ofertados ao Setor Primário apresentaram relativa pulverização, com operações contratadas em valores médios de R\$ 27,6 mil no biênio 2001-02 e de R\$ 40,1 mil no biênio 2003-04, em nítido contraste com os máximos apurados de R\$ 739,3 mil para o Setor Terciário no biênio 2001-02 e R\$ 962,6 mil para o Setor Secundário no biênio 2002-04 (Tabela 6).

Entretanto, quando os financiamentos são analisados por gênero de atividade econômica — discriminados apenas nos **Relatórios de Administração de 2001 e 2002** (BRDE, 2001; 2002) —, observa-se que a pecuária ficou com 11,4% (R\$ 343,2 milhões) dos cerca de R\$ 3 bilhões financiados no período.⁸ E, sabidamente, a pecuária extensiva praticada em grandes propriedades é ainda dominante na Região Sul.

⁸ Numa interpretação mais ampla do agronegócio, de modo a contemplar os setores de produtos alimentares e bebidas, couro e calçados, produtos de madeira, celulose e papel, fabricação de móveis, etc., esses valores atingem a expressiva marca de R\$ 1,560 bilhão, ou 52% do total dos financiamentos concedidos pelo Banco no biênio 2001-02 (BRDE, 2001; 2002).

Tabela 6

Valor total contratado do BRDE, por setor de atividade, na Região Sul — 2001-04

SETORES DE ATIVIDADE	Número de Operações	2001-02		Valor Médio (R\$ 1 000)
		Valor		
		Absoluto (R\$ 1 000)	Relativo (%)	
Primário	9 520	262 951	34,2	27,6
Secundário	433	260 743	33,9	602,2
Terciário	331	244 717	31,9	739,3
TOTAL	10 284	768 411	100,0	74,7

SETORES DE ATIVIDADE	Número de Operações	2003-04		Valor Médio (R\$ 1 000)
		Valor		
		Absoluto (R\$ 1 000)	Relativo (%)	
Primário	12 194	489 393	40,7	40,1
Secundário	482	463 985	38,6	962,6
Terciário	338	247 770	20,7	733,0
TOTAL	13 014	1 201 148	100,0	92,3

FONTE: BRDE. **Relatório de Administração 2001; 2002; 2003; 2004.** Porto Alegre, 2001/2004.

Especificamente para os Campos Gerais do Paraná, o Setor Primário assumiu a liderança no valor total contratado junto ao BRDE apenas no biênio 2003-04. Nessa ocasião, as operações contratadas apresentaram valor médio de R\$ 168.000,00, algo cerca de quatro vezes superior aos R\$ 40,1 mil de média apurados para a Região Sul e indicativo de uma maior concentração do crédito em benefício dos contratantes locais (Tabela 7).

O montante de crédito ao Setor Primário da Campanha gaúcha não atingiu metade dos valores destinados aos Campos Gerais do Paraná. Entretanto os valores médios das operações com o Setor Primário local também foram cerca de 1,5 e três vezes, respectivamente, para os biênios 2001-02 e 2003-04, superiores à média da Região Sul (Tabela 8).

Tabela 7

Valor total contratado do BRDE, por setor de atividade, nos Campos Gerais,
no Paraná — 2001-04

2001-02				
SETORES DE ATIVIDADE	Número de Operações	Valor		Valor Médio (R\$ 1 000)
		Absoluto (R\$ 1 000)	Relativo (%)	
Primário	79	5 723	15,6	72,4
Secundário	15	20 691	56,5	1 379,4
Terciário	4	10 193	27,9	2 548,2
TOTAL	98	36 607	100,0	373,5

2003-04				
SETORES DE ATIVIDADE	Número de Operações	Valor		Valor Médio (R\$ 1 000)
		Absoluto (R\$ 1 000)	Relativo (%)	
Primário	109	18 310	55,2	168,0
Secundário	8	13 632	41,1	1 704,0
Terciário	4	1 241	3,7	310,3
TOTAL	121	33 183	100,0	274,2

FONTE: BRDE/Superintendência de Porto Alegre.

Tabela 8

Valor total contratado do BRDE, por setor de atividade, na Campanha,
no Rio Grande do Sul — 2001-04

SETORES DE ATIVIDADE	2001-02			
	Número de Operações	Valor		Valor Médio (R\$ 1 000)
		Absoluto (R\$ 1 000)	Relativo (%)	
Primário	54	2 168	83,2	40,1
Secundário	3	300	11,5	100,0
Terciário	2	137	5,3	68,5
TOTAL	59	2 605	100,0	44,2

SETORES DE ATIVIDADE	2003-04			
	Número de Operações	Valor		Valor Médio (R\$ 1 000)
		Absoluto (R\$ 1 000)	Relativo (%)	
Primário	61	7 568	72,6	124,1
Secundário	2	600	5,8	300,0
Terciário	2	2 256	21,6	1 128,0
TOTAL	65	10 424	100,0	160,4

FONTE: BRDE/Superintendência de Porto Alegre.

A política oficial do BRDE ainda propõe a aproximação das cooperativas de crédito e de produção — presentes em mais de 600 municípios sulistas —, na esperança de que o crédito chegue de forma mais eficiente aos pequenos produtores agropecuários (BRDE, 2002a). De fato, entre 2001 e 2004, os financiamentos destinados às cooperativas dos Campos Gerais e da Campanha somaram expressivos R\$ 31 milhões (somatório das Tabelas 9 e 10), mas esse montante foi apropriado por apenas oito cooperativas.

Embora a conduta do BRDE seja a de manter sigilo sobre os mutuários, sua página eletrônica faz questão de informar que a Cooperativa Castrolanda contratou empréstimo de R\$ 6,89 milhões junto ao Banco, em 2006, para uma fábrica de ração em Piraí do Sul e uma unidade de processamento de batata frita em Castro, ambas na região dos Campos Gerais, no Paraná (BRDE, 2006).

Aliás, as operações da Cooperativa Castrolanda com o BRDE já ultrapassam os R\$ 100 milhões desde 1981. Também a Cooperativa Batavo, sediada em Carambeí (PR), ampliou, em 2004, suas instalações em Imbaú, Tibagi e Ponta Grossa, com financiamentos do Banco (cerca de 70% dos R\$ 12 milhões investidos).

Tabela 9

Participação das cooperativas nos créditos contratados junto ao BRDE para a região dos Campos Gerais no Paraná — 2001-04

(R\$)

DISCRIMINAÇÃO DO MUTUÁRIO	VALOR DO CONTRATO
2001	
Cooperativa A	3 083 500,00
2002	
Cooperativa B	3 681 000,00
Subtotal das cooperativas em 2001-02	6 764 500,00
Subtotal regional em 2001-02	36 607 000,00
2003	
Cooperativa C	1 718 959,00
Cooperativa D	1 920 000,00
Cooperativa E	6 890 000,00
2004	
Cooperativa F	7 913 040,00
Cooperativa G	3 925 491,00
Subtotal das cooperativas em 2003-04	22 367 490,00
Subtotal regional em 2003-04	33 183 000,00
Total das cooperativas em 2001-04	29 131 990,00
Total regional em 2001-04	69 790 000,00

FONTE: BRDE/Superintendência de Porto Alegre.

Tabela 10

Participação das cooperativas nos créditos contratados junto ao BRDE para a região da Campanha no Rio Grande do Sul — 2001/2004

(R\$)

DISCRIMINAÇÃO DO MUTUÁRIO	VALOR DO CONTRATO
2002	
Cooperativa H	1 998 968,00
Subtotal das cooperativas	1 998 968,00
Total regional em 2001-02	2 605 000,00
Total regional em 2001-04	13 029 000,00

FONTE: BRDE/Superintendência de Porto Alegre.

No biênio 2003-04, as cooperativas dos Campos Gerais receberam do BRDE um volume de recursos quase quatro vezes superior ao do biênio anterior. Simplesmente, as cinco maiores cooperativas exportadoras do Paraná contavam com financiamentos do Banco.

Para a Campanha gaúcha, uma única cooperativa obteve financiamento do Banco no período 2001-04, justamente a região onde a alegada capilaridade socioterritorial das cooperativas de agricultores familiares sulistas aparece timidamente ou mesmo inexistente.

Paradoxalmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário justifica a demora na formação de novos assentamentos na região do pampa, em razão do elevado preço da terra, que, evidentemente, reflete também o favorecimento dos grandes proprietários locais no acesso ao crédito público de instituições como o Banco do Brasil e o BRDE.

Finalmente, o apoio do BRDE ao cooperativismo, especialmente nos Campos Gerais, parece antes encetar uma diferenciação interna aos próprios cooperados — entre quem tem acesso ao crédito público e quem dele está alijado — do que promover um modelo mais equitativo de distribuição da renda regional. É significativo que, embora todos os cerca de 1000 habitantes do município-sede da Cooperativa Castrolanda estejam a ela vinculados de alguma forma, pertencem nitidamente a grupos bastante diferenciados entre produtores cooperados, funcionários da cooperativa e trabalhadores rurais nas fazendas associadas (Rickli, 2004). A diferenciação salarial interna da administração das grandes cooperativas também tende a intensificar-se.

4 A reconversão produtiva no sistema de concentração de terras

Já de longa data, o BRDE defende para o pampa gaúcho a priorização das atividades de reconversão produtiva (citricultura, avicultura, suinocultura, florestamento, criação de camarão e piscicultura), além das tradicionais bovinocultura, ovinocultura e orizicultura, consideradas as mais “adequadas” à estrutura fundiária local e às suas “vocações” produtivas.⁹

Contudo uma consulta aos **Relatórios de Administração** de 2001 a 2004 (BRDE, 2001; 2002; 2003; 2004) aponta que discurso e prática nem sempre andam juntos, pois não indicam uma redistribuição significativa do crédito para atividades de reconversão produtiva. Para o conjunto da Região Sul, as atividades de pesca e aqüicultura representaram 0,04% (R\$ 120.000,00) dos valores liberados pelo Banco em 2001 e 1,35% (R\$ 5,8 milhões) em 2002. As atividades de silvicultura e exploração florestal participaram com, igualmente, modestos 0,04% (R\$ 137.000,00) e 0,09% (R\$ 386.000,00), respectivamente, em 2001 e 2002. E o Profruta apareceu apenas em 2003, ainda assim com somente 1,4% de participação no crédito contratado (R\$ 7,2 milhões). Mesmo que esses recursos tivessem hipoteticamente se concentrado nas regiões campeiras meridionais, o que obviamente não deve ter ocorrido, não parecem indicar um apoio institucional decisivo no sentido da reconversão produtiva local.

A atividade de florestamento surge atualmente como redentora da economia da Metade Sul gaúcha, e o próprio BRDE aponta o caráter promissor do negócio florestal.¹⁰ Apesar disso, a proliferação de florestas de pínus e eucaliptos

⁹ O então Vice-Presidente do BRDE, Gilberto Mossman, em depoimento à Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para o Desenvolvimento da Metade Sul (1996), destacou, ainda, as possibilidades de financiamento especial para a industrialização do plástico na Metade Sul do Estado e em complemento às atividades do Pólo Petroquímico de Triunfo, promessa desde então sempre renovada nos discursos da direção do banco. Contudo, embora localizado na borda nordeste da Metade Sul gaúcha, o Pólo de Triunfo associa-se à dinâmica industrial de Porto Alegre, com efeitos quase nulos para a região do pampa.

¹⁰ Segundo **Relatório de Administração** do BRDE (2003, p. 11) sobre o desenvolvimento da atividade de florestamento: “O comércio internacional de produtos florestais no ano de 2001 foi de US\$ 290 bilhões e a participação brasileira foi de apenas 1,4%. Há um espaço amplo para crescimento no mercado internacional, dependendo de fatores como agregação tecnológica e inovação, maior capacidade organizacional da iniciativa privada e aporte de recursos financeiros em condições adequadas às características do setor, dentre outros”.

pela região é “puxada” por grandes empreendedores privados, interessados na produção de papel e celulose para atender ao projetado crescimento da demanda externa.

A atividade de florestamento iniciou-se no País a partir de incentivos fiscais, especialmente da dedução de 50% no Imposto de Renda para pessoas jurídicas, e não representa propriamente uma novidade nos campos meridionais brasileiros.¹¹ O Paraná plantou rapidamente a maior área de pínus, graças também à constituição do Fundo de Incentivo Setorial, entre 1966 e 1987.¹²

Entretanto, atualmente, estima-se que mais de 75% das áreas plantadas resulte diretamente de investimentos da indústria de papel e celulose, percentual que tende a se elevar nos próximos anos. A empresa sueco-finlandesa Stora Enso, maior produtora mundial de papel, deverá construir uma fábrica de celulose na Campanha gaúcha, provavelmente próxima de Uruguaiana. O grupo Aracruz Celulose anunciou a implantação de nova unidade de celulose no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2015, a ser construída em Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e onde já opera a planta adquirida do Grupo Klabin. Finalmente, o grupo Votorantim Celulose e Papel (VCP) anunciou oficialmente a instalação de uma unidade industrial na Metade Sul gaúcha, provavelmente entre Rio Grande e Pelotas. Cada um desses projetos promete investimentos de cerca de US\$ 1,3 bilhão, custo aproximado da unidade baiana do grupo Stora Enso e que representa o modelo de padronização da produção de celulose na economia globalizada. Esses três grupos já investem pesado na aquisição de terras e formação de florestas no Rio Grande do Sul, em especial nos municípios da Metade Sul, e estima-se que a área plantada com florestas no Rio Grande do Sul deverá subir dos atuais 360.000ha para algo próximo de um milhão de hectares.

Se o Estado se tornou menos importante no financiamento direto do plantio de florestas¹³, em contrapartida, adquiriu novas funções demandadas pelos

¹¹ O Grupo Klabin iniciou suas atividades nos Campos Gerais, em 1934, com a aquisição de 144.000 hectares em Tibagi. Doze anos depois, construiu uma fábrica no mesmo município, através de financiamento do Banco do Brasil. Hoje, o grupo é proprietário de 200.000 hectares no Município de Telêmaco Borba, desmembrado de Tibagi (Piquet, 1998), constituindo quase um terço dos 672.000ha de florestas plantadas no Paraná.

¹² Destaca-se também a implantação, no Paraná, do Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória, que exige dos consumidores de matéria-prima florestal, na primeira transformação, a reposição florestal equivalente ao seu consumo (BRDE, 2003a).

¹³ A partir de 2002, o Governo Federal lançou linhas de financiamento à atividade de florestamento, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Floresta (Pronaf-floresta) e do Programa Para o Plantio de Florestas (Propflora). O Pronaf-floresta, disponibilizado pelo Banco do Brasil, libera recursos de até R\$ 6.000,00 para

grupos industriais do setor. Assim, apesar de o grupo Aracruz declarar que não utilizaria nem um centavo dos programas de incentivo Fundo de Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem) e Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial (Integrar-RS), solicitou ao poder público gaúcho a garantia de manutenção da navegabilidade do rio Jacuí (com dragagens constantes), a duplicação da BR-116 até Guaíba, o reforço da subestação de Guaíba pela Companhia Estadual de Energia Elétrica e a doação de terreno junto ao porto de Rio Grande, para a construção de um terminal especializado, dentre outras obras viárias (ZH, 2006).

Ainda assim, a atividade florestal seria a redenção da economia pampeana? A Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor) calcula a geração de até 200.000 novos empregos diretos com a expansão prevista da base florestal gaúcha (ZH, 2005), mas omite que a maior parte desses empregos diretos se concentrará no primeiro e em parte do segundo ano da fase de implantação da floresta e, depois, apenas no ano de corte. Qual será a ocupação dos trabalhadores rurais no tempo restante, tendo-se em vista que o eucalipto e o pínus levam sete anos e entre 9 a 10 anos, respectivamente, para atingirem a fase de corte para fins de uso na indústria de papel e celulose? Não bastasse isso, a própria Aracruz anuncia que apenas 1 mil trabalhadores serão necessários para a manutenção da nova base florestal gaúcha do grupo, o que permite questionar as próprias estimativas da Ageflor.

Tampouco os empregos industriais serão significativos, em razão do elevado grau de automação da produção de papel e celulose. Por exemplo, no anunciado projeto gaúcho da Aracruz, a empresa promete uma unidade mais automatizada que a já moderníssima unidade baiana da Stora Enso, de modo a operar com apenas 250 trabalhadores.

As maiores possibilidades de geração de emprego no setor praticamente se limitam à indústria de móveis, contudo os projetos de florestamento em curso no pampa gaúcho são fundamentalmente voltados para produção de papel e celulose. E mesmo que parte da produção possa ser utilizada pelo setor

pequenos proprietários, enquanto o Propflora, disponibilizado pelo BNDES, opera com quantias de até R\$ 150.000,00. Embora o BRDE opere com essas duas linhas de financiamento, é principalmente a CaixaRS (agência pública de fomento do Estado) que repassa recursos do Propflora, em meta acordada com a empresa Votorantim de viabilizar 18,5 mil hectares de floresta para uso industrial, com média de 60 hectares por contrato. É bem verdade que esse volume representa financiamento de menos de 2,9% do total da área a ser florestada, mas demonstra que o consórcio Estado-agentes privados continua mais atual do que nunca.

moveleiro, a tradição produtiva nesse setor concentra-se principalmente fora dos limites das regiões campeiras meridionais, especialmente nas serras catarinense e gaúcha¹⁴.

5 Os limites das propostas de industrialização

Entre 2001 e 2004, constatou-se que a destinação do crédito do BRDE para o Setor Secundário estimulou um forte processo de diferenciação interna às regiões campeiras, com os pouco expressivos R\$ 300.000,00 (2001-02) e R\$ 600.000,00 (2003-04) aplicados na Campanha, contrastando visivelmente com os R\$ 20,691 milhões e R\$ 13,632 milhões, respectivamente, aplicados nos Campos Gerais, o que também pode ser reflexo da menor expressão da atividade industrial pampeana (Tabelas 7 e 8).¹⁵

Quanto ao comportamento do mercado de trabalho, o acirramento da concorrência intercapitalista na esfera da produção tem levado o capital financeiro (capital a juros), seja privado, seja público, a selecionar projetos que incorporem novas tecnologias de automação, rebatendo no “enxugamento” de empregos no setor industrial (Kurz, 2001; Gorz, 1995). Mesmo as ações de instituições públicas de fomento econômico são norteadas pelas atuais características do mercado de capitais e da concorrência intercapitalista, que nem sempre se coadunam com sua “função social” (geração de emprego e distribuição de renda), que, de resto, tende a tornar-se mera manifestação retórica.

Por exemplo, em 2003, o BRDE e o Unibanco firmaram parceria para financiar R\$ 65 milhões do total de R\$ 100 milhões investidos pela empresa

¹⁴ Em 2002, 60% das exportações brasileiras de móveis saíram de Santa Catarina; 26%, do Rio Grande do Sul; e 7%, do Paraná (BRDE, 2003a).

¹⁵ É verdade que a atividade industrial da região se concentra no eixo Pelotas—Rio Grande (fora da Campanha), o que explica parcialmente essa diferenciação inter-regional na destinação dos fundos públicos do BRDE. O efêmero Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Reconversul) aplicou R\$ 277 milhões (para gerar apenas 3.000 empregos diretos e 13.000 indiretos) na Campanha, nas Missões e no Litoral Sul do Estado. Mas o Programa foi encerrado no Governo Lula, sem que nada tenha entrado em seu lugar. Em 2001, medidas provisórias criaram a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), e foram iniciados estudos para a Região Centro-Oeste, mas nada até o momento para a Região Sul. Na organização do Ministério da Integração Nacional (MIN), apenas o Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste visa “[...] implantar, acompanhar e auxiliar as ações de desenvolvimento social na faixa de fronteira, no âmbito da Região Sul” (Brasil, 2006).

pontagrossense Companhia Brasileira de Papel (Ibema) na compra de nova máquina produzida pela Voith. O novo equipamento industrial instalado na fábrica de Guarapuava permite ajustar automaticamente as diferenças de produção do papel-cartão, sem qualquer “interferência” (leia-se necessidade) de operadores.

Também a ampliação da estrutura de armazenagem de grãos da Cooperativa Batavo em Ponta Grossa consumiu a maior parte dos R\$ 12 milhões investidos pela empresa em 2004, mas foi capaz de gerar apenas 20 empregos diretos, em razão do elevado grau de automação do projeto.¹⁶

De forma semelhante, o Programa de Financiamento à Modernização Tecnológica das Empresas da Região Sul (Finimp), lançado pelo Banco em 2006 e voltado fundamentalmente à importação de máquinas e equipamentos destinados ao setor coureiro-calçadista, promete auxiliar na superação da grave crise que atravessa o segmento desde a valorização do real e a maior concorrência chinesa, mas, na prática, deverá apenas repassar os problemas para os trabalhadores, em virtude do aumento do ritmo de automação do processo produtivo.

No Paraná, em particular nos Campos Gerais, na medida em que a agroindústria parece ter esgotado suas possibilidades históricas de valorização, fala-se, cada vez mais, da importância dos *clusters* madeireiro e metal-mecânico e de suas respectivas “redes” de pequenas empresas locais. Alega-se que, se o despontar do setor metal-mecânico em Ponta Grossa, baseado em pequenas indústrias locais, não fosse obliterado pelo projeto de atração de grandes unidades industriais iniciado na década de 70, talvez houvesse existido um quadro socioeconômico mais equitativo (Larocca Jr., 2002).

É também nesse espírito que, em 2004 e 2005, o BRDE assinou com o Governo paranaense um termo de cooperação para a criação da Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Foi criada, desde então, uma série de *clusters* segundo as “vocações” produtivas locais, sendo que, para a região dos Campos Gerais, foram selecionados os produtos de madeira (União da Vitória), móveis de metal e sistemas de armazenagem (Ponta Grossa), laticínios (Ponta Grossa, Carambeí e Palmeira) e malhas (Imbituva). Como se percebe facilmente, o desenvolvimento local é ainda concebido principalmente pelo poder público, mas não somente, a partir de pequenas empresas com uso intensivo em matérias-primas locais e mão-de-obra e de baixa agregação de conteúdo tecnológico.

¹⁶ Conforme **Diário da Manhã** (2006).

6 Considerações finais

As políticas públicas executadas pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul têm caminhado no sentido de garantir as condições de reprodução da sociedade regional, o que equivale a dizer que conservam as graves e persistentes desigualdades sociais regionais. Contudo mudanças na abrangência social do crédito público fazem necessário redefinir o próprio conceito de elites campeiras a partir dos seguintes elementos:

- a) capacidade de reunir grandes extensões de terras (através da tradicional propriedade individual, de formas cooperadas ou via arrendamento);
- b) possibilidade de exploração de sobretrabalho nas atividades agropecuárias e agroindustriais;
- c) **acesso privilegiado aos fundos públicos;**
- d) construção do consenso geral em torno de bandeiras particularistas (poder simbólico ou ideológico).

Se, no tempo passado, as políticas de desenvolvimento pareciam coerentes, ao formularem cenários de crescimento econômico e expansão do mercado de trabalho, no presente, a imposição universal do fenômeno técnico expresso na automação do processo industrial faz a ampliação da produção desvincular-se da multiplicação dos empregos. Alheias ao movimento do mundo, as políticas de desenvolvimento continuam insistindo na valorização do homem através da valorização do moribundo mundo do trabalho (Aued, 1999).

Por sua vez, o desenvolvimento regional permanece “[...] usualmente entendido como planejamento econômico à escala regional” (Souza, 1992, p. 124), como se não estivesse intimamente ligado ao planejamento econômico nacional (Costa, 1988) e ao comportamento do mercado mundial (Kurz, 2001).

A visão setorial também empobrece o planejamento regional, ao desconsiderar as possibilidades do desenvolvimento de sinergias econômicas e sociais. A própria dinâmica do agronegócio demonstra a insuficiência da tradicional abordagem em setores econômicos, na medida em que determinadas atividades arroladas como industriais (caso da agroindústria, produção de insumos, indústria de máquinas e implementos agrícolas) ou de serviços (atividades comerciais e bancárias nas pequenas cidades de regiões agrícolas) aparecem diretamente vinculadas à dinâmica dos mercados agrícolas.¹⁷

¹⁷ Seria também oportuno repensar as formas de apresentação das estatísticas das instituições públicas de desenvolvimento, uma vez que a circunscrição dos financiamentos aos limites municipais representa simplificação inaceitável do movimento real da riqueza pelo território. Afinal, na intrincada trama territorial das redes de produção agropecuária e industrial modernas, a importância de cada município-sede para a realização da produção e do lucro é extremamente variável.

A falta de integração entre variáveis econômicas e sociais é particularmente evidente na orientação dos fundos públicos do BRDE para atividades que representam a valorização da renda da terra (arrendamento), casos da orizicultura, da sojicultura, do florestamento e até das pequenas centrais de biomassa (casca de arroz). Nessas condições, o ciclo vicioso da apropriação privada e excludente da renda regional nas sociedades campeiras acaba sempre reforçado.

As diretrizes e as políticas de crédito da instituição também não sinalizam maior integração entre as variáveis produtivas, ambientais e sociais (educação). Pode-se recorrer ao exemplo do manejo inadequado do solo na bacia do Alto Uruguai (região agrícola entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina), que, ao intensificar o processo de erosão, contribui com o assoreamento do rio Uruguai e a intensificação das freqüentes enchentes que assolam a população pobre das cidades da Fronteira Oeste gaúcha nas últimas décadas. Na própria Campanha, o manejo inadequado do solo intensifica os processos de arenização e de voçorocamento, que já respondem por 3,97% e 2,48%, respectivamente, das áreas das bacias do Miracatu e do Caraguataí (Suertegaray, 1998).

Finalmente, o espaço geográfico não é mais determinado tão-somente pela produção industrial, mas pela capacidade de cada lugar de usufruir do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994), verdadeiro “nexo territorial e produtivo” do capital financeiro globalizado (Aued; Albuquerque, 2005). As experiências em curso nos países desenvolvidos demonstram que a inovação tecnológica, o controle e a geração de informações e as estratégias logísticas (articulações de modais de transporte em áreas fronteiriças, plataformas exportadoras e teleportos) se tornam, muitas vezes, mais importantes que as próprias plantas industriais. Portanto, algo muito distante da já historicamente esgotada agropecuária exportadora das regiões campeiras.

Referências

AMADO, A. Moeda, sistema financeiro e trajetória de desenvolvimento regional desigual. In: LIMA, G. T. et al. (Org.). **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea**. São Paulo: Campus, 1999.

AUED, Idaleto Malvezzi. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, B. W. (Org.). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 109-132.

AUED, Idaeto Malvezzi; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. O método da desconstituição do capital e a geografia. **Terra Livre**, São Paulo, n. 24, p. 43-60, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <www.integracao.gov.br>. Acesso em: 2006.

BRDE. Disponível em: <<http://www.brde.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

BRDE. **BRDE**: a ampliação de canais de distribuição gerando mais desenvolvimento. Porto Alegre, 2002a.

BRDE. **Florestamento na Região Sul do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brde.gov.br>>. Acesso em: set. 2003a.

BRDE. **Relatório de Administração 2001**. Porto Alegre, 2001.

BRDE. **Relatório de Administração 2002**. Porto Alegre, 2002.

BRDE. **Relatório de Administração 2003**. Porto Alegre, 2003.

BRDE. **Relatório de Administração 2004**. Porto Alegre, 2004.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. Rio de Janeiro: Global, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. O negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CORAZZA, Gentil. **Sistema financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2001.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

DIÁRIO DA MANHÃ. Disponível em: <<http://www.diariodamanha.com.br/edicoesanteriores/031010/economia1.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2006.

FONSECA, Pedro Duarte. **BRDE**: da hegemonia à crise do desenvolvimento. Porto Alegre: BRDE, 1988.

GORZ, André. Trabalho necessário e racionalidade econômica. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 24, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **RS latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1995-1997. CD-ROM.
- KURZ, Robert. **Marx Lesen**. Frankfurt; Main: Eichborn, 2001.
- LAROCCA JR., Joel. **Desenvolvimento industrial em Ponta Grossa (PR):** avaliação e perspectivas. Dissertação (Mestrado)-Centro Sócio-Econômico-UFSC, Florianópolis, 2002.
- MENDES, João M. C. **Seleção e encaminhamento de projetos de investimentos:** caso Sebrae-RS.
- BRDE e CRP. Dissertação (Mestrado)-UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- PIQUET, R. **Cidade-empresa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- RICKLI, J. F. Religião e parentesco na colônia Castrolanda. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.47, n. 2, 2004.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, Marcelo L. Planejamento integrado de desenvolvimento: natureza, validade e limites. **Terra Livre**, São Paulo, n. 10, p. 123-139, 1992.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria A. **Deserto Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

